

Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ref.: Processo nº 08084.001898/2019-81

Pregão Eletrônico nº 05/2020

SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 14.190.355/0001-03, estabelecida na Rua Flausino Jacinto Campos, nº 21, sala 101, Bairro Niterói, na cidade de Atílio Vivacqua/ES, CEP 29.490-000, neste ato representada por seu titular Marcos Zacarias Campos de Moura, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº MG-12.536.445, expedida pela SSP/MG, e do CPF nº 050.549.066-81, vem, respeitosamente, à vossa presença, apresentar **IUSTIFICATIVAS** nos autos do processo administrativo em epígrafe, fazendo-as nos seguintes termos e fundamentos de fato e de direito:

Aponta-se que a empresa **SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI** teria vínculos com a pessoa jurídica **MOURA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI**, já que ambas tiveram no passado sócios dirigentes em comum, sendo que esta última encontra-se impedida de licitar com a administração pública federal até 11/03/2021.

Pois bem!

Não há que se cogitar em se tratar de um grupo empresarial ou algo semelhante, se for essa a intenção ao se apontar suposto vínculo entre ambas a partir da identificação de seus antigos sócios dirigentes, ou mesmo a constituição de uma e a sua utilização fraudulenta para burlar licitações, pois **a defendente foi constituída muito antes da outra sociedade empresarial.**

A signatária não possui qualquer impedimento para licitar e contratar com a administração pública, sendo ela constituída exclusivamente pelo empresário Marcos Zacarias Campos de Moura, enquanto a pessoa jurídica cotejada, esta sim impedida de licitar com a administração pública federal, é constituída por Pedro Henrique de Moura Lage.

O fato de constar, no passado, uma identidade entre sócios (marido e mulher) jamais poderá fundamentar a pretensão de quem quer que seja de estabelecer um vínculo atual entre as duas pessoas jurídicas. Tratavam-se, pois, de empresas familiares que, posteriormente, tiveram suas quotas sociais distribuídas entre membros da família por conta de desentendimentos e perda de objetivos comuns, sendo hoje pessoas jurídicas completamente distintas.

Tais desconfiças, portanto, se existem, não devem prosperar, tendo em vista que se tratam de pessoas jurídicas distintas, com CNPJ e sedes distintas, com contratos sociais diversos e cadastros próprios perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Quanto à alegação de que a signatária possui o mesmo endereço eletrônico da sociedade empresária MOURA EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS EIRELI, verificou-se que se trata de mero equívoco cadastral da assessoria contábil responsável pelo cadastramento de ambas no sistema de pregão eletrônico, nada além disso.

Conclui-se que não existe na legislação aplicável fundamento que justifique o pretense impedimento indireto da empresa signatária, especialmente porque a mesma já existia quando da aplicação das referidas sanções à outra sociedade empresária, não se podendo cogitar do seu uso fraudulento em licitação.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União, através do acórdão nº 1.166/2010 da 1ª Câmara, proveniente do processo de representação TC-025.430/2009-5, recomendou que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero:

“1.5.1. se abstenha de incluir em seus editais de licitação cláusula impedindo a participação de interessados suspensos por ente distinto da Administração Pública de participar de licitações e de contratar, uma vez que, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, a sanção restringe-se à entidade que a aplicou;

1.5.2. se abstenha de incluir em seus editais de licitação cláusula impedindo que empresas “cujos diretores, sócios ou dirigentes que façam parte do seu ato constitutivo estejam suspensos”, posto que as sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, constantes dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, aplicam-se à pessoa jurídica responsável pela inexecução contratual e não às pessoas físicas que a constituem.”

Corroborar com os argumentos acima expostos, jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná em brilhante decisão em processo que possuía por objeto matéria semelhante à discutida no presente caso, abaixo transcrita:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREGÃO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA SUSPENSA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. APLICAÇÃO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA. POSSIBILIDADE DA EXTENSÃO DOS EFEITOS A OUTRO ENTE FEDERADO. PENALIDADE IMPOSTA À EMPRESA DO MESMO GRUPO ECONÔMICO DA AGRAVADA. PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS, EMBORA PERTENCENTES AO MESMO GRUPO ECONÔMICO. INEXISTÊNCIA DE CONDUITA IMPRÓPRIA PRATICADA PELA AGRAVADA. PARTICIPAÇÃO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJPR Ação Civil de Improbidade Administrativa: 12033968 PR 12033968 (Acórdão), Relator: Nilson Mizuta, 5ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 05/08/2014 DJ: 1392 null) (...)

Registrado esse entendimento, passa-se a análise da inabilitação da agravada por pertencer ao mesmo grupo econômico da empresa White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda., a qual foi imposta a sanção de suspensão do direito de licitar pelo período de 12 (doze) meses, por descumprimento contratual. Em princípio, o fato da empresa White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda., sancionada com a pena de suspensão do direito de licitar, pertencer ao mesmo grupo econômico da White Martins Gases Industriais Ltda., não tem o condão de inabilitar a agravada para participar do Pregão Presencial do Município de Quatro Barras. Isto porque tratam-se de pessoas jurídicas distintas, com CNPJ e sedes distintas, com contratos sociais diversos e cadastros próprios perante a Receita Federal. Embora afirme o Município que a White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda. é filial da matriz White Martins Gases Industriais Ltda., não existe a relação de dependência administrativa ou hierárquica entre as duas pessoas jurídicas, pois são entes autônomos (fls. 55/67 e 144/156TJ). Ainda a agravada não participou do certame no Estado de Santa Catarina em que foi aplicada a pena de suspensão do direito de licitar a empresa White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda.. De igual modo, não há processo administrativo estendendo-lhe os efeitos daquela decisão à agravante. Registre-se também que a agravante White Martins é subsidiária de uma das maiores empresas de gases industriais e medicinais do mundo, a Praxair. Seu portfólio de produtos inclui gases atmosféricos (oxigênio, nitrogênio e argônio), gases de processo (gás carbônico, acetileno, hidrogênio, misturas para soldagem), gases especiais e medicinais, cilindros de aço sem costura, equipamentos para

aplicação, transporte e armazenamento de gases, soluções para o mercado de gás natural, nas áreas de GNV (Gás Natural Veicular), GNC (Gás Natural Comprimido) e GNL (Gás Natural Liquefeito), e tratamento de água e efluentes. Dessa informação depreende-se, portanto, que a agravante possui funcionários e acervo técnico próprio, distinto da empresa White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda. Não há também como aplicar, de imediato, a desconsideração da personalidade jurídica defendida pelo Município. A desconsideração da personalidade jurídica somente é possível quando verificado o desvio de finalidade (Teoria Maior Subjetiva da Desconsideração), caracterizado pelo ato intencional dos sócios de fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica, ou quando evidenciada a confusão patrimonial (Teoria Maior Objetiva da Desconsideração), demonstrada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios. Nesta seara de cognição sumária, inexistem elementos identificadores das condutas impróprias praticadas pela agravada para desconsideração da personalidade jurídica. A matéria demanda dilação probatória. (...)

Segundo a melhor doutrina, a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional e deve ser tomada com todas as cautelas que a lei recomenda. Vejamos:

“As pessoas jurídicas não devem ser confundidas com a pessoa dos seus sócios. Sendo assim, em regra, a responsabilidade sobre os atos da pessoa jurídica restringe-se a ela, não se comunicando aos seus sócios nem a outras pessoas jurídicas que os seus sócios fazem parte.” (PEDRA, Anderson Sant’Ana. Sanções administrativas nas contratações públicas, In TORRES, Ronny Charles L. de. Licitações Públicas: homenagem ao jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Curitiba: Negócios Públicos, 2016).

“Por razões que envolvem o fomento ao desenvolvimento, a desconsideração da personalidade jurídica deve ser manejada de forma excepcional e nos limites legais, não se perdendo de vista que a criação dessa instituição busca inspiração na vocação ao progresso social e econômico, e não no embuste e nas fraudes comerciais, deturpações provenientes de sua utilização indevida. O próprio TCU já externou que, quando o vínculo entre a Administração Pública e o particular deriva de um contrato, a responsabilidade é prioritariamente da pessoa jurídica contratada, por ter sido ela que se obrigou perante o Estado. A atribuição de obrigação a terceiros é

excepcional e se justifica em hipóteses relativas a conluíus, abusos de direito ou prática de atos ilegais ou contrários às normas constitutivas ou regulamentares da entidade contratada. Nessas situações, justifica-se a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.” (TORRES, Ronny Charles Lopes de, *in* Leis de Licitações Públicas Comentadas, 8ª ed., *Jus Podivm*, 2017, p. 782).

Dessa forma, conclui-se, portanto, que não há qualquer fundamento que sustente as suspeitas direcionadas à signatária, tendo em vista que, conforme aqui demonstrado, a ocorrência de impedimento indireto de licitar não deve prosperar, vez que não se amolda aos requisitos necessários para a caracterização de tentativa de fraude à licitação, ou, caso contrário, a acusação estaria se baseando em meras suposições.

Diante do exposto, a signatária requer sejam acolhidas as presentes justificativas, prosseguindo-se com o processo licitatório.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 27 de abril de 2020.



SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI